



REQUERIMENTO AO PLENÁRIO Nº 63/2025

INFORMAÇÕES do Executivo sobre a gestão da criação de condomínios residenciais horizontais e verticais e o impacto na infraestrutura do município de Jundiaí.

Considerando as atuais alterações do Plano Diretor, que continuamente mudaram o Zoneamento e o Perímetro Urbano do município, legitimando e legalizando os desejos dos especuladores imobiliários, sem a devida apresentação de estudos de impacto ambiental, de consumo de água e de mobilidade urbana, estudos estes que garantiriam um outro futuro de desenvolvimento, mais sustentável e equilibrado para a cidade;

Considerando o expressivo crescimento urbano de Jundiaí, nas últimas décadas, com o aumento significativo da construção de condomínios residenciais, verticais e horizontais, nas bordas da cidade, provocando espraiamento e, por consequência, aprofundando mazelas, tais como: ônus de necessidades infindáveis de serviços públicos e equipamentos públicos em regiões desprovidas;

Considerando que o aumento populacional, de forma espraiada, decorrente desses empreendimentos, impacta diretamente na infraestrutura urbana, exigindo maior capacidade de atendimento dos serviços públicos e uma gestão eficiente dos recursos naturais e de mobilidade e não aproveitam a infraestrutura disponível em regiões das cidades que poderiam ser adensadas;

Considerando que o aumento do número de condomínios impacta nos serviços como coleta, seu transporte e destinação final do lixo urbano, demandando ampliação ou adequação do sistema municipal de gestão de resíduos; impactando, ainda, no transporte coletivo, na segurança viária, na mobilidade urbana, no atendimento da saúde e na educação;

Considerando que os impactos, previstos desse incremento populacional e habitacional, não está no mesmo compasso que os recursos financeiros e orçamentários para investimentos em obras de saneamento, obras viárias, obras institucionais e de manutenção do atendimento educacional e de saúde;

Considerando, por fim, que o Executivo deve garantir a transparência nas informações relacionadas ao planejamento e a gestão urbana, permitindo, à sociedade e à Câmara Municipal, que acompanhem, avaliem e fiscalizem os impactos e as projeções decorrentes das novas ocupações;

/Elt





REQUEIRO à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, solicite-se que o Chefe do Executivo preste à Casa as seguintes informações:

1. Quantos condomínios residenciais, verticais e horizontais, existem e estão atualmente ocupados na cidade de Jundiaí? Há taxa de desocupação nas áreas mais centrais e com infraestrutura existente? Se sim, como é tratada, pela gestão da cidade, essas taxas de desocupação e, por consequência, desvitalização, como a ocorrida na área central? Esse fenômeno está ocorrendo em outros bairros?

2. Quantos condomínios residenciais, verticais e horizontais, estão em fase de construção ou finalização de obras no município? Qual a previsão de crescimento populacional, caso todos esses imóveis estejam ocupados? Haverá previsão de atendimento de água e esgoto, escola, saúde, transporte público, para todos?

3. Quais desses empreendimentos foram aprovados com os benefícios de interesse social? E quais deles foram implantados e efetivaram a política pública de atendimento de interesse social? Quais deles tiveram aprovação pelo EIV – estudo de impacto de vizinhança? Quais ações foram realizadas para conter o impacto gerado pelos empreendimentos? Como é feita a gestão urbana habitacional de interesse social?

4. Quantos pedidos de licenciamento, para construção de novos condomínios residenciais, verticais e horizontais, foram protocolados junto à Prefeitura de Jundiaí, nos últimos 10 anos? Quais desses empreendimentos foram aprovados com os benefícios legislativos de interesse social? E quais deles foram implantados e efetivaram a política pública de atendimento de interesse social?

5. Existe previsão de impacto para o meio ambiente, consumo de água, trânsito e na mobilidade urbana, sistema de coleta e descarte de lixo e resíduos sólidos, em razão dos empreendimentos em fase de construção e finalização de obras? E orçamentário? Quais desafios serão enfrentados com esse incremento populacional? O Plano Diretor que está em vigor dialoga com as restrições orçamentárias do município?

6. Os bairros do Medeiros e do Corrupira receberam e estão ainda recebendo inúmeras aprovações e, por consequência, receberão um grande acréscimo populacional. Como essa situação está sendo pensada e gerida, considerando um desenvolvimento urbano sustentável? Nesses bairros, quais empreendimentos foram aprovados como interesse social e qual foi a taxa de efetividade desta ação?

7. Considerando a existência de pedidos de licenciamento para novos condomínios, caso este sejam aprovados e executados, qual a estimativa de impacto para o meio ambiente, consumo de água, trânsito e mobilidade urbana, sistema de coleta e descarte de lixo e resíduos sólidos no município?

Sala das Sessões, em 12 de agosto de 2025.

MARIANA JANEIRO

/Elit

